

Leilão de linhas de transmissão fracassa

Pouco interesse é atribuído a retorno baixo e incertezas e deve limitar a expansão na oferta de eletricidade no país

Apenas 4 dos 11 lotes ofertados foram arrematados; R\$ 1,45 bilhão será investido, 19% do total esperado

TATIANA FREITAS
DE SÃO PAULO

Baixo interesse das empresas e ausência de disputa marcaram o leilão de linhas de transmissão de energia realizado nesta quarta-feira (26) pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). Apenas 4 dos 11 lotes ofertados foram arrematados e somente um deles recebeu mais de uma proposta. Os empreendimentos leiloados representam investimentos

de R\$ 1,45 bilhão, apenas 19% do total estimado pelo governo para as 11 linhas ofertadas. O resultado atrasa a construção de linhas de transmissão no país, problema que afeta a segurança do sistema elétrico e restringe a expansão da oferta de energia.

Dois lotes foram arrematados pela espanhola Isolux, um pela estatal goiana Celg GT e outro pela Planova, uma empresa de planejamento e construções novata no setor.

A baixa concorrência resultou em um deságio baixo, de 2,04%, em média. O único desconto representativo em relação ao teto estabelecido pela Aneel foi de 15,5%, apresentado pela Celg, subsidiária da Eletrobras, para a construção de uma subestação em

Goias, sua área de atuação.

A Isolux ofereceu descontos de 1,49% e 0,12% nos empreendimentos que serão construídos na Bahia e em Rondônia. A Planova não ofereceu desconto na proposta apresentada para operar linhas no Rio Grande do Sul.

O presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Salles, classificou o leilão como um "fracasso", que ele atribui à baixa remuneração imposta pela Aneel.

Embora tenha sido elevada de 5,5% para um intervalo entre 7,63% e 7,86%, a taxa mínima de remuneração (WACC) não reflete as condições atuais do mercado. "É uma taxa irrealista", afirma.

A alta do dólar, que eleva os custos com insumos, in-

certezas com a obtenção de licenciamento ambiental e o crédito escasso aumentaram o risco dos empreendimentos —o BNDES reduziu a parcela de financiamento nos projetos de 70% para 50%.

Ricardo Savoya, diretor da consultoria Thymos, especializada no setor, lembra que as empresas que atuam em transmissão já estão com grandes obras em curso, o que pode ter limitado o apetite delas no novo leilão.

CRONOGRAMA ATRASADO

Essa não é a primeira vez que leilões de transmissão são marcados pelo desinteresse do setor privado. Em janeiro, apenas metade dos lotes ofertados foi arrematada.

Nos certames do ano pas-

sado, 12 linhas de transmissão não receberam propostas. Em 2013, dez projetos ofertados não foram licitados e, em 2012, três, segundo o Instituto Acende Brasil.

Os lotes não arrematados

são oferecidos posteriormente em outros leilões.

"A situação ainda não é crítica, mas a frustração nos leilões sinaliza que algumas usinas possam ter seu cronograma deslocado por causa de atrasos nas linhas de transmissão", diz Savoya.

A Aneel, que planeja um novo leilão de linhas de transmissão para outubro, indicou que pode reavaliar as condições impostas para os próximos certames. "O resultado foi aquém de nossa expectativa. Com base nele, faremos uma avaliação", disse Reive Barros, diretor da Aneel, após o leilão, segundo a Reuters.

» **LEIA MAIS** sobre energia no caderno especial "Brasil que Já Certo"

“A frustração nos leilões sinaliza que algumas usinas possam ter seu cronograma deslocado por causa de atrasos nas obras das linhas de transmissão”

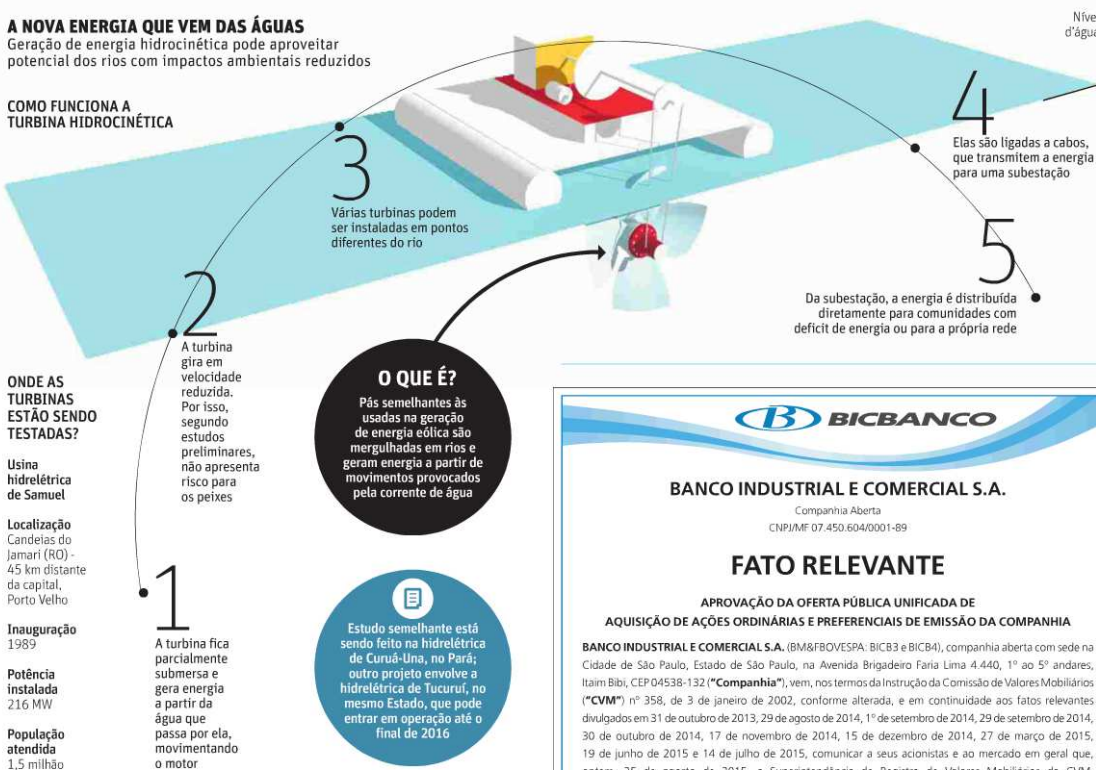
RICARDO SAVOYA
diretor da Thymos

FOCO

A NOVA ENERGIA QUE VEM DAS ÁGUAS

Geração de energia hidrocinética pode aproveitar potencial dos rios com impactos ambientais reduzidos

COMO FUNCIONA A TURBINA HIDROCINÉTICA



Brasil vai gerar energia só com a correnteza dos rios

MARCELO TOLEDO
ENVIADO ESPECIAL A CANDEIAS DO JAMARI (RO)

A força da correnteza dos rios da região Norte é a nova aposta para a geração de energia elétrica no Brasil.

Dois projetos em Rondônia e no Pará investem na chamada energia hidrocinética, sistema que usa só a correnteza dos rios, sem a necessidade de construir barragens.

Um deles tem verba do governo britânico —cerca de R\$ 1 milhão—, em parceria com a Eletrobrás e a Unifei (Universidade Federal de Itajubá).

Por meio desse processo, a água passa por uma turbina parcialmente submersa no rio, gerando uma energia adicional, que é enviada para a rede ou redirecionada para povoados não atendidos pelo sistema (veja quadro).

A Folha acompanhou pesquisadores da Unifei que percorreram, em oito dias, 5 km do rio Jamari a partir da água

do jussante —lado oposto ao da nascente— para mapear a velocidade da correnteza, a profundidade do local e a possibilidade de geração de energia suplementar.

O potencial desse sistema ainda é incerto. Em Rondônia, houve ganhos, segundo o pesquisador Julio César Silva de Souza, que também faz os estudos na região da hidroelétrica de Curuá-Una (PA).

Segundo ele, há indícios de que, se adotado em larga escala, poderia elevar a geração do país em até 30%.

NO PRÓXIMO ANO

Outro projeto, próximo a Tucuruí (PA), deve entrar em operação até o final do próximo ano, de acordo com a Eletrobrás. Será o primeiro parque hidroelétrico hidrocinético fluvial do Brasil, sob responsabilidade da empresa e da Itaipu Binacional.

A turbina de Tucuruí tem dez metros de diâmetro e previsão de custo de R\$ 10 mi-

lhões. Se existisse hoje, poderia abastecer uma comunidade de 3.000 pessoas sem energia numa área de 16 km de Samuel, segundo Marcial José Perez Viana, gerente-executivo da hidroelétrica.

A geração em Samuel e Curuá-Una surgiu em novembro de 2014, quando a Unifei se inscreveu numa chamada pública do Reino Unido.

A perspectiva é de começar a gerar em 2017 —antes, no verão, devem ser repetidos os estudos para avaliar o potencial do rio em época de cheia.

Há outros cinco projetos em andamento no país bancados pelo governo britânico, em parceria com órgãos como Aneel e Eletrobras.

Para Geraldo Lucio Tio Filho, integrante do projeto, titular da Unifei e secretário-executivo do Centro Nacional de Referências em Pequenas Centrais Hidroelétricas, o país tem a oportunidade de desenvolver essa tecnologia antes dos outros. "Vamos ter algo nacional, sem importar nada. Fontes renováveis é o que mais temos no Norte do país."

O jornalista MARCELO TOLEDO viajou a convite do governo britânico

BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF 07.450.604/0001-89

FATO RELEVANTE

APROVAÇÃO DA OFERTA PÚBLICA UNIFICADA DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES ORDINÁRIAS E PREFERENCIAIS DE EMISSÃO DA COMPANHIA

BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. (BM&FBOVESPA: BICB3 e BICB4), companhia aberta com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 4.440, 1º ao 5º andares, Itaim Bibi, CEP 04538-132 ("Companhia"), vem, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, e em continuidade aos fatos relevantes divulgados em 31 de outubro de 2013, 29 de agosto de 2014, 1º de setembro de 2014, 29 de setembro de 2014, 30 de outubro de 2014, 17 de novembro de 2014, 15 de dezembro de 2014, 27 de março de 2015, 19 de junho de 2015 e 14 de julho de 2015, comunicar a seus acionistas e ao mercado em geral que, ontem, 25 de agosto de 2015, a Superintendência de Registro de Valores Mobiliários da CVM, por meio do Ofício nº CVM/SRE/OPA/CAN/2015/005, concedeu o registro para a realização de oferta pública unificada para a aquisição de até a totalidade de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia a ser realizada (i) em razão da alienação de controle da Companhia; (ii) para o cancelamento do registro da Companhia para negociação de ações no mercado como emissora de valores mobiliários categoria "A"; e (iii) em decorrência da descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa previstas no segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") denominado Nível 1 de Governança Corporativa, conforme o exigido pelo estatuto social da Companhia (itens i), ii) e iii) referidos em conjunto como "Oferta", de acordo com os termos e condições estabelecidos no Edital de Oferta Pública Unificada de Aquisição de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão de Banco Industrial e Comercial S.A. ("Edital").

O Edital será publicado no dia 27 de agosto de 2015 no jornal Diário do Comércio, Indústria & Serviços e no jornal Valor Econômico. O leilão da Oferta será realizado no dia 28 de setembro de 2015 às 16:00 horas (horário de Brasília), no sistema eletrônico de negociação do Segmento BOVESPA da BM&FBOVESPA.

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada, o Edital e demais documentos relacionados à Oferta serão disponibilizados: (i) nos websites da Companhia (<http://www5.bicbanco.com.br/port/home/>), da CVM (www.cvm.gov.br), da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e da Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição intermediária da Oferta ("Morgan Stanley") (www.morganstanley.com.br); (ii) na sede da Companhia; (iii) na sede do ofertante, o CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista 254, 13º andar, Centro, CEP 01014-907; (iv) na sede do Morgan Stanley, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3.600, 6º andar, CEP 04538-132; e (v) na sede da BM&FBOVESPA, na Praça Antonio Prado 48, 7º andar, Centro, CEP 01010-901.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado devidamente informados sobre qualquer fato relevante acerca da Oferta, nos termos da legislação aplicável.

São Paulo, 26 de agosto de 2015

BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.

Milto Bordini
Diretor de Relações com Investidores